

1 PROJETO PRINCIPAL

COMUNIDADES DIGITAIS – ESPAÇO VIRTUAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

2 DADOS CADASTRAIS

INSTITUTO BEM ESTAR BRASIL - OSCIP

CNPJ : 10.393.140/0001-20

Endereço : Rua Carlos Lacerda, 198 - Altos – Centro – Campos Dos Goytacazes-RJ

E-Mail : instituto@bemestarbrasil.Org.Br

Telefone : 22-3211-7943 – 22-88118138

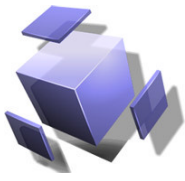
Presidente : Marcelo Rodrigues Saldanha da Silva

CPF: 041.840.127-60

3 HISTÓRICO, OBJETIVOS E IDEAIS

O Instituto Bem Estar Brasil é uma OSCIP com foco em educação, cidadania e trabalho e renda através de serviços tecnológicos e um mediador na captação de recursos para ICTs (Institutos de Ciência e Tecnologia) e outras entidades do 3º Setor. Através dele podemos captar equipamentos apreendidos pela Receita Federal para fazer doações para a população e para outras entidades sem fins lucrativos, bem como, para a utilização dentro dos projetos do instituto. Temos inexigibilidade para oferecermos estes serviços em Prefeituras do Brasil inteiro sem precisarmos passar pelos processos burocráticos existentes nas mesmas, pois, os serviços e equipamentos de infra-estrutura saem a preços de custo ou mesmo a custo zero para as Prefeituras (Princípio da Economicidade).

O Instituto Bem Estar Brasil tem como objetivo promover a integração social e digital da população através de serviços tecnológicos gratuitos. Nosso Instituto tem como principais parceiras a GM Soft Design (empresa de TI fundada em 1995) e UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense) e através dela temos acesso a conteúdos de capital intelectual necessário para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e de caráter social. O Instituto disponibilizou todo seu potencial para produzir benefícios para o desenvolvimento da população; projetos como: ensino à distância, treinamento e disseminação do conhecimento para utilização de técnicas desenvolvidas em ICTs direto para a comunidade e a disponibilização de ferramentas de controle social para o exercício da cidadania. Este tipo de iniciativa é apoiado pelos governos federais e estaduais, bem como, entidades privadas com responsabilidade social. Com isto, temos acesso aos editais de inclusão digital, de proteção



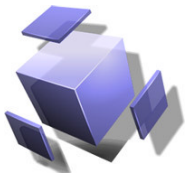
ambiental e desenvolvimento social para ampliar a captação de recursos na aplicação dos projetos citados.

Hoje, o projeto que está em funcionamento é a distribuição gratuita de acesso à internet banda larga. A demanda criada pelo Instituto perante a população é enorme, pois, estamos mudando alguns conceitos para a distribuição deste projeto de forma que todos participem democraticamente ([vide regras](#)).

Criamos os ideais do Instituto baseado na cultura WIKI (bibliografia – Wikinomics), onde não vale à pena concorrer e sim colaborar; firmando assim, parcerias com ICTs e Instituições de P&D (Planejamento e Desenvolvimento) de renome e com isso estamos cada vez mais mobilizando o empresariado e a comunidade com nossos projetos.

O Instituto trabalha em projetos sociais sem fins lucrativos, porém, criamos formas de captarmos verba privada para aumentarmos a potencialidade do mesmo e torna-los auto-sustentáveis (Leis 9.249/95, 9.790/99 e 8.313/91). Todos os parceiros e patrocinadores poderão usufruir os benefícios dados, ou seja, ver o retorno do investimento feito aos projetos, não só pelos incentivos fiscais, mas também pela aplicação em marketing oferecida pelo mesmo e ainda serão premiados com títulos de empresa com responsabilidade social reconhecidos pelos governos. Isso responde exatamente de onde vem a vantagem de quem estiver participando deste projeto. Recriar a sinergia de conexão entre quem quer ajudar com quem precisa de ajuda é uma de nossas metas; o retorno em marketing e estabelecer um canal bi-direcional com ambas as partes é a forma de tornar isso possível.

Criamos este projeto para fazer uma força popular ao qual poderá ser usada para fins maiores que o projeto em si. O projeto visa criação de portais de transparência para os governos locais, seguindo os exemplos de países como os Estados Unidos (Data.Gov), fornecendo ferramenta indispensável para controle social das cidades; visa interação e poder de decisão em assuntos da comunidade perante o poder público; visa colaboração em massa, incentivando a disseminação do conhecimento entre seus usuários; estimulação à parcerias que agreguem desenvolvimento de negócios, aumentando a produtividade e a redução de custos de produtos e serviços; aquecimento e aumento da qualidade de serviços e produtos concorrentes dos oferecidos pelo projeto; criações de cooperativas de trabalhos, dentro das



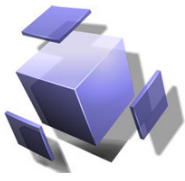
comunidades, para atender a demanda de serviços para empresas e geração de empregos e renda extra para a população; metodologia de ensino a distância para a população, com conteúdo desenvolvido dentro de universidades e outras entidades de ensino; desenvolvimento de cursos de capacitação e treinamento específicos de empresas da região, através da metodologia de modelagem (PNL). Cooperativas poderão se desenvolver facilmente dentro das comunidades gerando renda extra e sustentabilidade com apoio de ICTs, Ministério do Trabalho e órgãos públicos e privados.

O projeto permite sua replicação para outras cidades, onde as próprias poderão gerenciar seus provedores comunitários. A idéia central do projeto é que esta tecnologia fique sob gestão da população através de ONGs, associações de moradores ou outras entidades sem fins lucrativos, denominadas como **Comitê Local de Gestão da Internet - Colgin**; todas com CNPJ, pois, caso não sigam as regras do projeto, as mesmas poderão ser descredenciadas, mobilizando a população para direcionar a gestão para outro grupo eleito gerenciar o provedor comunitário em suas localidades.

A infra-estrutura será patrimônio do IBEBrasil, caso o Colgin escolhido concorde em participar do projeto. Todas as metodologias e processos de gestão do projeto serão disponibilizados por EAD, ajudando na capacitação dos Colgins.

O IBEBrasil e parceiros irão prover todo o apoio administrativo, logístico e técnico nas fases de implantação; treinando e capacitando empresas de informática locais ou os técnicos dos Colgins que irão gerenciar a infra-estrutura. O processo de fiscalização da qualidade e idoneidade sobre as empresas ou profissionais que prestarão os serviços técnicos será feito pelo Colgin e pela própria população local, através de indicadores que existirão no portal do projeto.

A criação de um meio físico viável é a “ponta do iceberg”, pois, como foi mostrado acima, poderemos disponibilizar vários outros benefícios através dele e assim facilitar a aplicação de subprojetos. Para exemplificar mais a utilização destes, invoco a visualização de alguns destes subprojetos sendo disponibilizados por EAD, onde a interação será feita através de ferramentas de alta tecnologia, como jogos, dinâmicas, streaming, celulares e TV digital; a interatividade será em tempo real e hoje não podemos subestimar o poder que estas



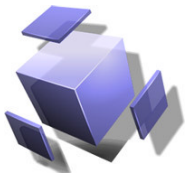
ferramentas vêm influenciando em nossas vidas, vemos fóruns, redes sociais, blogs e chats se tornarem os meios mais utilizados de comunicação do mundo e é exatamente neste conceito que estamos montando este projeto. Segundo a Google, o que o rádio demorou 35 anos para atingir 50 milhões de consumidores, a internet fez em 3 anos. Em 2006, houve 40% de crescimento em investimentos em marketing pela internet, quatro vezes mais se comparado com outras mídias.

O IBEBRASIL está focado na utilização das TICs como o meio mais eficaz de se transmitir educação, cidadania, lazer, trabalho e renda, cultura e integração, e este cenário, até agora, acredita-se ser o mais fértil para criar verdadeiras mudanças no desenvolvimento do país.

4 PROPOSTA PARA CIDADES DIGITAIS

Acreditamos ser mais viável criar a metodologia que cada comunidade, através da identificação das lideranças locais, geralmente encontrados nas associações de moradores, possam manter e gerar renda para se auto-sustentar, além de agregar educação, cidadania e fazer com que a população local tenha a liberdade de acessar a internet de forma mais democrática e sem censuras. Estamos apoiando o uso democrático da internet e acreditamos que a educação e a conscientização é um fator mais eficaz do que a censura.

Segundo ações da Casa Civil e embasado na prevenção da aplicação do projeto de cidades digitais de forma complacente com as determinações do MiniCom, queremos propor que este projeto seja feito de forma que cada cidade faça sua rede e que o controle seja feito por comitês locais de gestão da internet (Colgins). Esta iniciativa poderá partir do processo participativo e democrático de cada comunidade ao escolher uma entidade sem fins lucrativos para se fazer a gestão de provedores comunitários. A criação de fundos, para se manter esta tecnologia, poderá ser incorporada no Plano Diretor da Cidade, conforme sugestão da Câmara de Deputados ou como já sugerido pelo IPEA, permitir que a Telebrás subsidie link de internet através das fibras óticas já incorporadas em seu ativo e assim fazer com que os cofres públicos municipais sejam menos usados. Criar novas regras de incentivo tributário para as empresas e até mesmo para população poderá ajudar a manter o serviço através de doações. Hoje, OSCIPs e Entidades com Utilidade Pública já gozam destes benefícios, sendo assim, basta estendê-los para as entidades que forem gerenciar as Comunidades Digitais (os Colgins). A

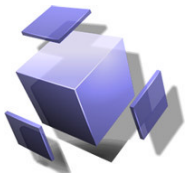


idéia de fazer com que a Telebrás ceda os links e fazer com que esta fibra interligue todas as cidades é uma boa idéia, porém, a sugestão é descentralizar a gestão da última milha e criar um projeto específico para cada cidade, fazendo que toda a parte técnica seja dimensionada com mais eficácia, respeitando a cultura local e identificando as demandas de cada comunidade.

É importante falar que a internet não pode e nunca poderá ser uma ferramenta restrita, pois, isso causaria um atraso enorme no desenvolvimento do país, tenha-se como exemplo o desenvolvimento que vivemos hoje, e que sem a internet não seria nem 10% do que temos, além disso, o Banco Mundial já informou que a cada 10% de acréscimo no número de pessoas com acesso a banda larga, há um aumento de 1,4% no PIB, ou seja, no Brasil isso representa 40 bilhões por ano, 4x mais que o Bolsa Família. Uma revolução está acontecendo, assim como aconteceu na era industrial; e a colaboração será o novo trilha para o futuro, pois, a cada geração que entra no cyber espaço, será uma massa que irá gerar colaboração; querendo ou não é assim que já está funcionando e que irá cada vez mais impulsionar o mercado, empurrando as empresas e governos para dentro da colaboração.

A forma de auto-sustentabilidade de cada infra-estrutura de distribuição se dará por criações de clubes de benefícios, cooperativas de trabalhos e das ações de todas as instâncias do governo, onde através de conteúdos educacionais, profissionalizantes e de geração de renda, possibilitarão os provedores comunitários locais se manterem, além disso, criamos meios de inserir o empresariado com responsabilidade social para apoiar, com recursos, estas iniciativas e em troca, estes terão acesso ao serviço e possibilidades de fidelizar os usuários como consumidores por meio de marketing eletrônico pelo portal de autenticação e/ou através de sistemas de popups. (para saber mais sobre o projeto acesso www.bemestarbrasil.org.br).

O que podemos dizer é que nosso Instituto poderá dar todo o apoio logístico, administrativo e técnico nas fases iniciais, juntamente com parcerias, já fechadas, com a UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), IFF, UFF, Instituto Crescer, IPED e outras que estamos contatando como a UFPE. Isso nos permitirá criar um ambiente propício para formação de monitores e profissionais que irão fazer a manutenção dos provedores comunitários, fazendo assim, com que o serviço fique estável e auto-sustentável.



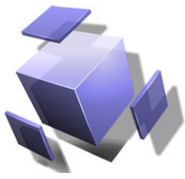
RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para atrair o voluntariado estamos dando "água pra quem tem sede de beber", ou seja, estamos cedendo em comodato, micros, kit de acesso, internet banda larga e cursos de capacitação através das universidades e de nossos parceiros. Projetos como Aluno Monitor Microsoft (Instituto Crescer) e o apoio de capital humano capacitado da UENF, irão gerar mão de obra qualificada para manter cada infra. Isso se torna sustentável, à medida que os voluntários vêem o bem maior que estão criando para sua comunidade e a idéia é que estes profissionais sejam inseridos no mercado de trabalho através de cooperativas, da própria comunidade, que disponibilizarão serviços para a população e empresas locais.

Enfim, isso é só parte do que foi planejado até agora. Hoje o projeto já completou 27 meses de funcionamento na cidade de Campos dos Goytacazes e o projeto piloto de EAD e criação dos telecentros nas associações se dará em breve em nossa cidade, através das 24 unidades captadas no MP, MCT, MiniCom e empresas privadas.

Ficamos a disposição para dirimir quaisquer dúvidas e falar mais sobre as iniciativas e o que eu quero reafirmar é: Sim, é possível e viável transformar o projeto de cidades digitais de forma fracionada e com economia de verba pública, bem como, transformá-la em uma ferramenta mais democrática e indispensável para o desenvolvimento da educação e cidadania da população. Queremos sugerir que iniciativas como as nossas sejam difundidas nas outras cidades e caso o Governo Federal tenha interesse em apoiar a implantação de Cidades Digitais desta forma, poderemos passar todos os processos que foram criados e as leis que apóiam e regulamentam este tipo de projeto, para torná-lo auto-sustentável, econômico e definitivamente deixá-lo mais democrático.

Agradeço pela atenção dada a este assunto, que por sua vez está sendo amplamente debatido, conforme os eventos que estarão sendo realizados até o momento e fico a disposição para criamos um meio viável e democrático de disponibilização do projeto de Comunidades Digitais.



Referências para a criação deste projeto:

- Projeto de Cidades Digitais em 2007 através do GESAC
- Caravana Tecnológica da FIRJAN/FINEP/FAPERJ – 2008
- Objetivos do Milênio
- Projetos de Telecentros (MC/MCT/MP) e EAD (UFPE/MEC)
- Projetos do CDI e IPED de inclusão digital
- A vontade e perseverança da nossa equipe para criar um serviço democrático e auto-sustentável com ênfase em Educação, Cidadania e Geração de Renda Extra.

5 SUBPROJETOS SOCIAIS

- a) Telefonia grátis (Servidor SIP-VoIP e URA) (DigiVoice)
- b) Educação à distância (palestras, aulas, cursos etc) (Streaming) (GM Soft)
- c) Rastreabilidade por RFID (etiqueta de rádio) (animais, árvores e veículos) (FIT)
- d) Aplicação de aprendizado para deficientes auditivos (TTS e VR) (UENF)
- e) Aplicação de auxílio para deficientes visuais (TTS e VR) – (GENIOS)
- f) Portal de Transparência para prefeituras (ASP com MSSQL) (GM Soft)
- g) WebTV e Radio on line (Streaming) (GM Soft)
- h) Aplicativo de suporte remoto e chat para auxílio a usuários (LogMeIn) (GM Soft)
- i) Amadeus (Ensino à Distância) (UFPE)
- j) IPed Social (Cursos profissionalizantes online) (IPed)
- k) Sistema de Vigilância Urbana - câmeras de vídeo (GM Soft)

Todos os subprojetos são estudos de parcerias e utilização de capital intelectual das partes citadas.

6 PARCEIROS E PATROCINADORES

Laboratório Plínio Bacelar

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

IPED Social – Instituto Pioneiro de Ensino a Distância no Brasil

GM Soft Design

Purac Sínteses



**RESPONSABILIDADE
SOCIAL**

**INSTITUTO
BEM ESTAR BRASIL**

7 ENTIDADES DE FOMENTO

FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

MCT, MP E MiniCom

Marcelo Rodrigues Saldanha da Silva
Marcelo Saldanha

Presidente do Instituto Bem Estar Brasil

Campos dos Goytacazes, 22 de dezembro de 2010.